



Número: 1024492-46.2024.4.01.3100

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Federal Cível da SJAP**

Última distribuição : **30/12/2024**

Valor da causa: **R\$ 6.736.628,00**

Assuntos: **Convênio**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado		
MUNICIPIO DE ITAUBAL (AUTOR)		RODRIGO SANTOS PEREGO (ADVOGADO)		
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF (REU)				
UNIÃO FEDERAL (REU)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
2165260437	31/12/2024 10:33	Decisão	Decisão	Interno



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Amapá

PLANTÃO JUDICIAL

PROCESSO: 1024492-46.2024.4.01.3100

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

POLO ATIVO: MUNICIPIO DE ITAUBAL

REPRESENTANTES POLO ATIVO: RODRIGO SANTOS PEREGO - DF38956

POLO PASSIVO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e outros

DECISÃO

Cuida a espécie de ação de procedimento comum, com pedido de tutela de urgência, proposta pelo **Município de Itaubal-AP** em face da **Caixa Econômica Federal – CEF** e da **União** objetivando a celebração do Convênio nº 947582/2023 (Proposta 055301/2023) para a pavimentação de estrada vicinal ou a continuidade da tramitação da referida proposta até ultimização da contratação, com a suspensão dos efeitos da Irregularidade Fiscal no CAUC - Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (Regularidade Previdenciária – item 4.2) “até o julgamento definitivo da lide, seja determinada a manutenção do empenho a seguir relacionado, tendo como favorecido MUNICÍPIO DE ITAUBAL (AP), CNPJ 34.925.214/0001-90, sob Nota de Empenho 2023NE000617, na importância de R\$ R\$ 6.701.628,00 (seis milhões setecentos e um mil seiscentos e vinte e oito reais);”. No mérito, requer a confirmação da tutela de urgência.

Sustenta o autor, em síntese, que (Id. 2165256062):

a) “A Proposta em comento (convênio 947582/2023), apresentada pelo Município ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em 14/09/2023, e que se presta a viabilizar a inadiável Pavimentação de Estrada Vicinal (Ramal Hilário) do município de Itaubal (AP), após submetida ao crivo do órgão ministerial, foi integralmente aprovada pelo órgão, obtendo Parecer Favorável do Gestor de



Convênio do Concedente, conforme registro na plataforma competente (TransfereGov). Subsequentemente, seu Plano de Trabalho, por sua vez submetido ao crivo da Instituição Mandatária, por seu gestor de Convênios, em 03/11/2023, também foi aceito/aprovado, conforme atesta o documento na plataforma competente (TransfereGov)”;

b) *“Para execução do Plano de Trabalho foi assegurada a importância global de R\$ 6.736.628,00 (seis milhões setecentos e trinta e seis mil seiscentos e vinte e oito reais) por meio do envio para Empenho da importância de R\$ 6.701.628,00 (seis milhões setecentos e um mil seiscentos e vinte e oito reais), em 24/10/2023, conforme o respectivo documento orçamentário. (...) encontra-se ativo, reservado e disponível no orçamento da União Federal, sob a Nota de Empenho 22023NE000617, conforme consulta ao sítio eletrônico da União Federal (Portal da Transparência) – doc”;*

c) *“No entanto, a despeito do desfecho da etapa pré-contratual descrita, tendo sido aprovada a Proposta/Plano de Trabalho municipal pelo órgão administrativo, e ativo o empenho público desde 2023, a contratação tracejada não foi formalizada em 2023, pendendo não assinado o respectivo Contrato de Repasse (doc). (...) a contratação pretendida encontra-se obstada pelo descrito Ato Administrativo ao argumento de que a Proposta municipal não atendeu o requisito referente: Atendimento requisito CAUC quanto à Regularidade Previdenciária (item 4.2).”.*

A inicial veio instruída com os documentos de ids. 2165256146-2165256313.

Decido.

Conforme exposto nos autos, a controvérsia repousa sobre a possibilidade de exigência, pela União ou por meio de mandatária (Caixa Econômica Federal – CEF), de Certificado de Regularização Previdenciária – CRP como requisito à celebração de convênio e contrato de repasse com Município, em decorrência da Lei nº 9.717/98 e Decreto nº 3.788/2001.

Tem-se que os fundamentos invocados pelo autor evidenciam a probabilidade do direito, bem assim se faz presente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil.

Os documentos constante dos autos, especialmente os de id. 2165256274 e 2165256278, revelam que a pendência de celebração do contrato de repasse (Convênio nº 947582/2023 - Proposta 055301/2023) com a Municipalidade refere-se à regularidade previdenciária, cuja exigência encontra previsão no disposto no art. 7º da Lei nº 9.717/1998, no Decreto nº 3.788/2001 e no art. 29, I, da Portaria conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

No entanto, importa consignar que a jurisprudência pátria, inclusive, no



âmbito do Egrégio STF e Colendo TRF1, tem se pacificado no sentido de que a União exorbitou sua competência legislativa ao impor sanções/restrições por meio da edição da Lei n. 9.717/1998 e do Decreto n. 3.788/2001, especialmente quanto à exigibilidade de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, de modo que, no caso concreto, entendo que referidas exigências não devem consistir em requisito impeditivo à celebração de acordos, convênios e contratos de repasse da União ou por meio de mandatária com Município interessado. Seguem esse raciocínio os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. INSCRIÇÃO DE MUNICÍPIO EM CADASTROS RESTRITIVOS. EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP). NEGATIVA DE FORNECIMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 7º DA LEI N. 9.717/98 RECONHECIDA PELO STF NA ACO 830/PR. HONORÁRIOS RECURSAIS. SENTENÇA MANTIDA. 1. Trata-se de apelação interposta pela União em face de sentença que julgou procedente o pedido formulado pelo Município de Capela do Alto Alegre/BA, para assegurar-lhe o direito à expedição do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, abstendo-se a União de aplicar as sanções previstas no art. 7º da Lei n. 9.717/98. 2. O Certificado de Regularidade Previdenciária CRP tem por objetivo atestar a observância dos critérios e o cumprimento das exigências estabelecidos pelos regimes próprios de previdência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na Lei n. 9.717/1998. 3. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento de antecipação de tutela na ACO 830/PR, de Relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO, decidiu que a União extrapolou os limites de sua competência para a expedição de normas gerais sobre matéria previdenciária, afastando, assim, as sanções previstas na Lei n. 9.717/98. 4. **E seguindo posicionamento do STF, a jurisprudência deste Tribunal firmou-se no sentido de ser ilegítima a negativa da União para expedição do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP em face de irregularidade no repasse de contribuições previdenciárias, prevista no art. 7º da Lei n. 9.717/98. Precedentes. 5. Nos termos do art. 20, § 4º, do CPC de 1973, nas causas em que não há condenação, assim como nas causas de pequeno valor, valor inestimável ou quando vencida a Fazenda Pública, os honorários advocatícios não se restringem a limites percentuais, devendo ser fixados com modicidade, consoante apreciação equitativa do juízo, sendo possível que se adote como base de cálculo o valor da causa ou mesmo um valor determinado, sobretudo nos casos em que o valor dos honorários se apresente irrisório ou exorbitante. 6. Apelação desprovida. (AC 0000104-19.2017.4.01.3302, DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA, TRF1 - SEXTA TURMA, PJe 08/09/2022 PAG.)**

INSCRIÇÃO. SIAFI. CAUC. SUSPENSÃO. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS. CONVÊNIO. RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. AÇÕES SOCIAIS. EXCEÇÃO DO ART. 26 DA



LEI 10.522/2002. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. 1. Agravo de instrumento interposto contra decisão pela qual o juízo a quo deferiu parcialmente tutela de urgência requerida pelo pedido do Município de Barcarena/PA, deixando de afastar a exigência de regularidade no SIAFI/CAUC em relação a um dos convênios objeto da ação principal. 2. Hipótese em que o Município autor pretende a suspensão da exigência de regularidade de sua inscrição no Siafi/Cauc para a formalização de convênios com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e recebimento de recursos necessários à viabilização da parceria cujo objeto é a recuperação de estradas vicinais em assentamentos de reforma agrária na circunscrição do ente recorrente. 3. Tendo em vista o objeto da parceria, que pretende realizar a melhoria da infraestrutura do Município, com a recuperação de estradas vicinais para atendimento de populações quilombolas e rurais, observa-se o objeto do convênio se enquadra no conceito de ações sociais previsto no "caput" do art. 26 da Lei nº 10.522/2002, com a redação dada pela Lei nº 12.810/2013, e no conceito de assistência social, previsto no art. 25, §3º da LC nº 101/2000. Precedentes. 4. Agravo de instrumento provido, para determinar ao INCRA a desconsideração de registros no Siafi/Cauc que obstem a celebração da proposta de convênio nº 029466/2022. (AG 1050365-70.2023.4.01.0000, DESEMBARGADORA FEDERAL KATIA BALBINO DE CARVALHO FERREIRA, TRF1 - SEXTA TURMA, PJe 03/09/2024 PAG.)

Dessa forma, não pode o Município/autor ser penalizado **tão somente** por restrições consistentes na exigência de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, estabelecida na Lei nº 9.717/1998 e Decreto n. 3.788/2001, uma vez que tal medida, em última instância, prejudica a própria população, a qual é a destinatária final da atividade administrativa, especialmente no que tange à melhoria da infraestrutura do Município, com a recuperação de estrada vicinal para atendimento de população rural, bem como disponibilização e execução eficiente dos serviços públicos essenciais – saúde, segurança pública, saneamento básico, educação – daí emergindo o risco de dano de difícil reparação.

Tais as circunstâncias, **defiro em parte** o pedido de tutela de urgência pleiteado na inicial para determinar que a União e a Caixa Econômica Federal – CEF, dentro de suas esferas de competências, se abstenham de exigir o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP para fins comprovação de regularidade previdenciária, possibilitando a análise dos demais requisitos para celebração do contrato de repasse (Convênio nº 947582/2023 - Proposta 055301/2023), **desde que seja a única pendência**.

Intimem-se as requeridas e o município autor.

Citem-se as requeridas para, querendo, no prazo legal, contestar os termos da exordial.



Macapá/AP, data da assinatura eletrônica.

Alex Lamy de Gouvêa
Juiz Federal Plantonista na SJAP

